



PODER / Em evento em Nova York, presidente da Câmara deixa claro que está na hora de o governo Lula escolher se gastará energia nas pautas ideológicas do PT ou se vai se dedicar à aprovação do arcabouço fiscal e da reforma tributária

Principal reforma é não retroceder, diz Lira

» DENISE ROTHENBURG
Enviada especial

Erika Garrida/LIDE



Nova York — O LIDE Brazil Investments Forum serviu para que o centro da política brasileira, hoje capitaneado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mandasse um recado claro ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: está na hora de o Poder Executivo escolher se quer gastar sua energia nas pautas ideológicas do PT ou se dedicar a aprovar o arcabouço fiscal e a reforma tributária.

Nesse sentido, Lira coloca como a mãe das reformas preservar o que já foi feito. “A principal reforma que o Congresso brasileiro terá que brigar diariamente é a reforma de não deixar retroceder tudo o que já foi aprovado no Brasil, no sentido da amplitude do que é mais liberal. Então, não retroceder será a nossa principal reforma. Vigiar o tempo todo”, disse, em seu discurso.

Lira citou o caso recente do projeto de decreto legislativo (PDL) que sustou os decretos de Lula relativos ao marco regulatório do saneamento.

“Um PDL é um ato extremo de se revogar um decreto presidencial. E (a Câmara) não o fez por picuinha ou por maldade política”, enfatizou. “O fez porque um decreto não pode alterar uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, atacando um ponto que foi discutido amplamente, como foi o marco do saneamento. Durante 12 dias, tentamos negociar, e não foi possível.” O deputado afirmou que espera agora a aprovação do PDL pelo Senado.

Em sua fala para a seleta plateia de 280 empresários, governadores e políticos e na entrevista que concedeu em seguida, o presidente da Câmara foi enfático: “Nossa intenção é de ajudar, de servir de ponte. Mas eu

represento um parlamento que pensa, que tem diferenças ideológicas e políticas e que, em sua maioria, é conservador e liberal. Como é que vão passar pautas que sejam diferentes desses temas (mais liberais)?”, questionou.

Sem citar o governo, ele lembrou que o Congresso tem se notabilizado pela aprovação e a busca das reformas. “Aprovamos a previdenciária e a trabalhista, a reforma administrativa está pronta para ir a plenário. Precisamos de apoio político, empresarial e da imprensa”, destacou. “A reforma administrativa é feita para os 20 anos para a frente. Ela não mexe nos direitos adquiridos dos atuais servidores, portanto, não há o que temer. Não mexe uma vírgula no setor

da previdência dos funcionários atuais, mas os novos ‘entrantes’, sim, esses irão para um sistema de maior contenção e de aferição de produtividade.”

O governo, porém, não deseja tratar dessa reforma administrativa tão cedo. O foco é o arcabouço fiscal, tema em que Lira e o governo convergem. A intenção do presidente da Câmara é aprovar, ainda este mês, o arcabouço fiscal e, até o fim do semestre, a reforma tributária.

O relator da tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro — também palestrante do evento proferido pelo grupo do ex-governador de São Paulo João Doria —, lembrou que, embora todos defendam a reforma, poucos acreditam na sua aprovação.

Entre os que têm fé, está o ex-presidente Michel Temer, que abriu o segundo painel justamente sobre a atratividade do Brasil. Ele acredita na simplificação tributária: “Hoje, mais do que nunca, podemos atingir essa reforma”, frisou o ex-chefe do Executivo, que tentou aprová-la em seu governo.

Blindagem

Os líderes também não perderam as esperanças e pretendem blindar esse tema da polarização que tem contaminado os debates no Congresso. “É preciso que o arcabouço fiscal e a reforma tributária fiquem à margem dessa polarização e das discussões políticas. Esses temas são

nacionais e precisam do empenho de todos”, pregou o presidente da Câmara. Ele, no entanto, considera que o governo precisa entender que o mundo mudou: “O mundo não é o mesmo de 2002, 2010, 2014. Não tínhamos um Congresso com maior protagonismo, e isso precisa ser ajustado”, comentou.

Nesse “ajuste”, Lira incluiu, ainda, a necessidade de segurança jurídica, “que tem faltado” e — diz o presidente da Câmara — “não é o Congresso que tem instabilizado a segurança jurídica”, jogando essa questão no colo do Poder Executivo. “É preciso que esse ambiente se normalize, para que investidores externos e recursos internacionais possam transitar de



A principal reforma que o Congresso brasileiro terá que brigar diariamente é a reforma de não deixar retroceder tudo o que já foi aprovado no Brasil, no sentido da amplitude do que é mais liberal”

Arthur Lira,
presidente da Câmara

maneira segura. Nosso intuito é que o Brasil siga se modernizando”, ressaltou.

Fundador do grupo Líderes Empresariais, o ex-governador João Doria lembrou que é preciso “menos briga, menos confronto e mais diálogo, com vértice naquilo que o país precisa, as pautas de desenvolvimento econômico e social”. O anfitrião considerou que o Brasil perdeu, nesses 120 dias, “um tempo enorme”, discurtindo a democracia.

“Essa fase já está superada e, agora, é o momento de criar uma força central que descole um pouco das visões mais à direita e mais à esquerda e coloque o Brasil numa trajetória que permita potencializar novos investimentos e garantir segurança jurídica”, defendeu.

A contar pelo evento, com tantas autoridades, ali estava dado o primeiro passo para tentar unir o centro em torno da causa das reformas, deixando de lado a pauta ideológica de revisar o que foi feito nos governos passados.

A repórter viajou a convite do Lide

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Modelo de articulação de Lula está em colapso

O cientista político Carlos Melo, professor sênior do Inesper, é mais um analista da conjuntura a convergir para o diagnóstico de que o modelo de formação de maioria adotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode estar esgotado. Segundo ele, as derrotas na Câmara e a instalação de duas comissões parlamentares de inquérito indesejadas pelo Palácio do Planalto sinalizariam a impossibilidade de formação de uma base parlamentar ampla por meio apenas da formação de um governo de ampla coalizão. “O Executivo ainda perambula sófrego pelos corredores do Congresso, sem consolidar maioria digna e segura para chamar de sua. Isso é pouco comum já com quase cinco meses de governo”, avalia.

Melo considera um erro o presidente Lula assumir diretamente a articulação política, como

vem sendo anunciado, porque não haveria mais arbitragem, nem a quem reclamar, muito menos resultar no colapso da dinâmica da formação da maioria passa por transformações. “É possível que nada seja suficiente para deter esse processo. A hipótese a considerar é que há uma crise de modelo e a simples ação direta e pessoal do presidente pode até amenizar o problema, mas não o resolverá”, escreveu no seu *Headline Ideias em Foco*.

Estariam em curso “mudanças estruturais deletérias”, que podem resultar no colapso do atual modelo de formação de maioria no Congresso. “Ideal como método seria forjar coalizações a partir de grandes projetos de futuro. Com a legitimidade da vitória eleitoral e a mobilização social, os partidos se alinhariam

— a maior parte, a favor do governo. Pequenas concessões aqui e acolá dariam feição à coalizão. Instável e dependente de compromissos, a maioria seria política e programática. Por exemplos, são assim a ‘Geringonça’ portuguesa e a atual coalizão alemã.”

“Acontece que não vivemos num mundo ideal”, pondera. O sistema político brasileiro seria avesso a princípios etéreos e a demonstrações de desapego político-material. Ao longo de décadas, houve pactos e arranjos bem realistas e integrados à cultura política nacional, cujo padroeiro, São Francisco de Assis, é operador espiritual do sistema “é dando que se recebe”. Segundo Melo, três modelos distintos de formação de maiorias congressuais foram colocados em prática, sobretudo, a partir da Câmara dos Deputados, com natural acomodação do Senado.

Coalizão sem base

Modelo 1: o governo define a base. Devido ao elevado número de partidos e sem maioria conquistada na eleição, os cargos

no governo são compartilhados por meios de dois grandes recortes: bancadas e região. As maiores bancadas são recompensadas com “número de ministérios compatível com sua importância”. Maior a bancada, maior a quantidade de ministérios. Em paralelo, dá-se atenção aos estados atraindo governadores. Isso depende de partidos minimamente coesos: direções partidárias atuantes e lideranças de bancadas representativas e capazes para articular e convencer parlamentares mais ou menos disciplinados pela fidelidade partidária. Na prática, as bancadas substituem as legendas e são estilhadas pelos interesses e ações avulsos de seus membros.

Modelo 2: A Lei de Muricy. No governo Bolsonaro, os líderes de partidos menores buscaram o mínimo de aglutinação sob o abrigo do Centrão, um aglomerado de interesses dispersos. A expertise de seus próceres viabiliza recursos que serviram para cooperação individual, não mais coletiva. A emenda individual aprovada no Orçamento da União é hoje o instrumento mais elementar e

importante da ação parlamentar. Na Lei de Muricy, onde cada um cuida de si, “quem quer rir tem que fazer rir”. O Executivo acomodada, dependente de acertos pouco transparentes feitos no Congresso.

Modelo 3: híbrido e castrado. É o ajuste entre a composição ministerial e o idealismo programático. A formação de maioria se daria por meio dos ministérios e da ação dos ministros, mas também com relevante papel de uma agenda governamental, com aperfeiçoamentos institucionais, transformações estruturais e reformas adequadas ao desenvolvimento econômico e social. E, claro, com amplo apoio na sociedade. Foi o caso dos governos de Fernando Henrique Cardoso, com o Plano Real, e mesmo de Lula, com a emergência do crescimento econômico e da premência da inclusão social. Fizeram concessões. Cederam cargos e recursos, mas formaram maiorias e colheram frutos na condução do processo político e na aprovação de reformas no Parlamento. Conduziram o atraso, mas não perceberam o que ali se gestava.

Para Carlos Melo, o atual governo arrisca-se num conflito imponderável e numa luta provavelmente inglória. “Ministérios já não interessam”, disse Arthur Lira. E nem interessa aos ministros entregarem-se a toda sorte dos orçamentos secretos que não controlam. Caso clássico é do União Brasil, cujo quinhão de três ministérios não resulta em qualquer compromisso. Menos ainda, votos.”

Lula estaria no meio de um tiroeteio. “É alvo tanto daqueles que, romanticamente, defendem certa pureza de princípios, como dos que entendem justamente o contrário. É sutilmente questionado pela burocracia de seu próprio governo, que se opõe ao desperdício de recursos escassos, como também é pressionado por quem os tem como combustível vital de ação política”, avalia o professor do Inesper.

Na realidade, sem base organizada, o governo se imobiliza. Os que sonham com a terceira via torcem pelo fracasso de Lula; e as forças de direita que apoiaram Bolsonaro se rearticulam no Congresso.